

162

**DEMARCAÇÃO**

# Presidente da Funai tenta barrar autodemarcação

*Luta dos Tupinikim e Guarani pela terra começou na década de 70 e tem o apoio de entidades de várias partes do mundo*

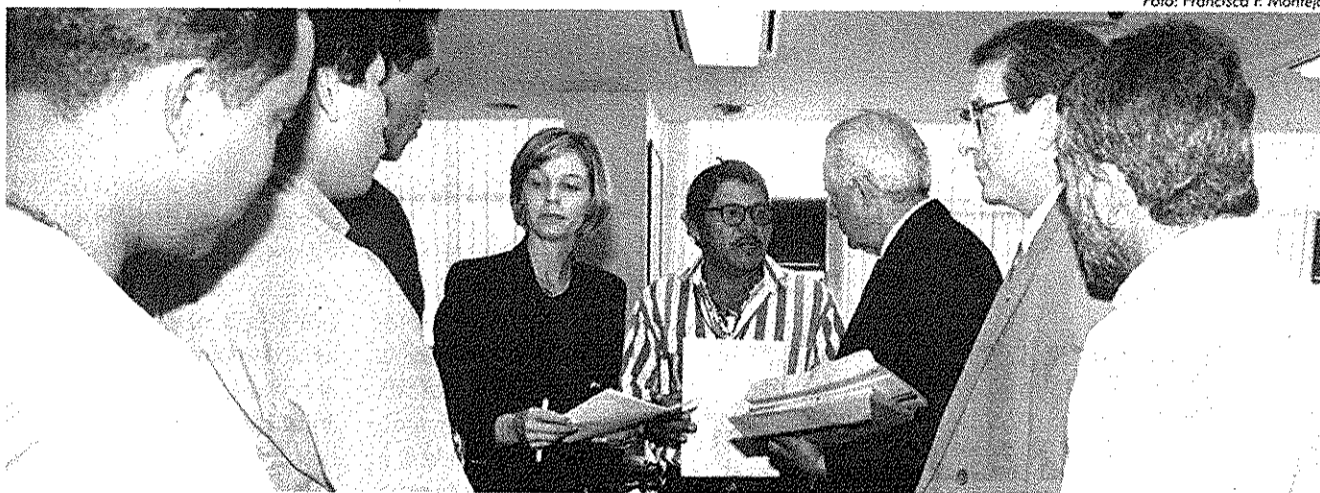


Foto: Francisca P. Monteiro

Em julho passado, os Tupinikim foram recebidos, no corredor, pelo ministro Íris Resende

**I**rritado com a disposição dos índios em fazer a autodemarcação da terra no Espírito Santo, o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, viajou às pressas ao estado para uma reunião com a Comissão Tupinikim e Guarani, onde fez sérias ameaças. No auge do autoritarismo, Sullivan declarou que iria "acionar todos os órgãos de segurança" para impedir a autodemarcação e poderia "responsabilizar criminalmente o Cimi" sob o argumento de este estar "incitando os índios a ocupar as terras da Aracruz Celulose". A atitude demonstra que o presidente da Funai não aceita o relatório publicado no Diário Oficial da União, em janeiro de 1997, que declara a área de ocupação tradicional indígena.

Sullivan Silvestre exigiu dos Tupinikim e Guarani o cumprimento de um despacho do ministro da Justiça, Íris Resende, que determina à Funai a realização de um estudo do potencial econômico das terras indígenas. Mesmo contrariado, o presidente da Funai assinou um acordo com as lideranças indígenas em que se comprometeu a mediar uma reunião da comissão indígena com o ministro da Justiça e garantiu que caso não haja nenhuma definição, apoiará a autodemarcação. Os Tupinikim e Guarani concederam prazo até 24 de fevereiro para a assinatura da Portaria de Demarcação.

A autodemarcação foi decidida e informada à Funai em dezembro do ano passado. Desde a década de 70, os índios Tupinikim e Guarani lutam pela regularização da terra e contra a invasão da multinacional Aracruz Celulose. Os índios querem a ampliação da área tradicional, anexando 13.579 hectares que aumenta a Área Indígena Comboios e unifica as áreas Caieiras Velha e Pau Brasil. A Aracruz Celulose já apresentou duas contestações a estes limites, às quais foram rejeitadas por falta de amparo legal. Para os índios, a nova atitude do presidente da Funai demonstra preocupação com a repercussão do fato na mídia e na opinião pública internacional. O presidente da Funai tem motivos para estar preocupado já que a luta dos Tupinikim e Guarani ganhou o apoio de vários segmentos na Europa e Estados Unidos. Na Noruega, algumas entidades conseguiram repercutir a atitude da Funai na mídia local, deixando nervoso o maior acionista da multinacional, Erling Lorentzen.

Para o Cimi, o objetivo da Funai com a realização do levantamento econômico é reforçar a tese da Aracruz Celulose segundo a qual os índios não precisam de mais terra para sobreviver. A Aracruz se baseia num estudo encomendado à Embrapa que concluiu pela ampliação da terra para apenas 171 hectares. A população Tupinikim e Guarani, estimada em 1.500 índios, vive atualmente em 4.492 hectares. Ao que parece, o maior empecilho para o reconhecimento constitucional dos direitos dos Tupinikim e Guarani é a própria Funai que advoga em defesa dos interesses da Aracruz Celulose.

## Governo promete pacote para abril

*Ao inaugurar pavilhão na Casa do Índio em Manaus, Sullivan anuncia novas demarcações*

**Egon Heck\***

"Iniciamos um processo de reconstrução desta casa, e não somente a reconstrução desta casa pois toda a instituição se encontra em processo de reconstrução, reordenamento, na busca de um novo perfil (...) Estamos buscando resgatar a credibilidade. Nossas prioridades são: terra, saúde e educação". Com essas palavras, o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, fez um inflamado e longo discurso na Casa do Índio, em Manaus, no dia 22 de dezembro.

Além de mostrar o "grande empenho" do governo em legalizar as terras indígenas - e lembrar que este foi o único governo que declarou 27 terras indígenas de uma vez - adiantou que para o próximo mês de abril o governo está preparando um novo pacote com mais de 47 áreas indígenas a serem demarcadas, perfazendo mais de 20 milhões de hectares.

No arroubo de boas notícias, anunciou também que está sobre a mesa do presidente da República uma proposta de convênio a ser firmado com as universidades, para que elas possam atuar nas áreas indígenas. Talvez, uma nova versão do Projeto Rondon. Acrescentou ainda que a Funai está pleiteando o retorno da responsabilidade sobre a assistência à saúde e à educação para os índios. Desde 1992, através de decreto do executivo, as atividades nestas áreas passaram para a responsabilidade dos ministérios da Saúde e Educação. Fato que até hoje não foi aceito pelo órgão indigenista.

O que foi anunciado como "boas notícias" do governo do ponto de vista do presidente da Funai é, sem dúvida, motivo que pode gerar grande preocupação para os povos indígenas e seus aliados. É de conhecimento geral, a estratégia do governo de esvaziar a Funai deixando-a sem as mínimas condições de responder às suas obrigações de proteção dos direitos e patrimônio dos povos indígenas.

Basta lembrar que o orçamento do órgão para este ano foi reduzido em até 78% em alguns itens, como a demarcação das terras indígenas - foram aprovados apenas R\$ 3 milhões, e a emenda do Cimi solicitando mais R\$18 milhões para essa finalidade acabou sendo rejeitada. Como então serão feitas as demarcações e identificações prometidas? Uma vez mais os "louros" das demarcações serão subtraídos dos recursos vindos de outros países, especialmente da Alemanha, através do PPG7/PPTAL (Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais/Programa Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas, financiados pelos sete países mais ricos).

Silvestre voltou à carga dizendo que, apesar de mais de 10% do território brasileiro ser dos índios, estes continuam passando fome. Retornou, então, o velho sonho de vários governos, latifundiários, políticos e outros de "tornar as terras indígenas produtivas". Para tanto, a Funai buscará parcerias e destinará significativas verbas e esforços. Não sei se pensa em ressuscitar órgãos empresariais dentro da própria Funai, como foi o caso do famigerado DGPI (Departamento Geral do Patrimônio Indígena). Será que ele estava lembrado de que os recursos do orçamento para este setor sofreram um corte de 62%?

Vale registrar que a questão indígena é, felizmente, maior e mais importante do que a Funai é, como tal, deve ser abraçada de maneira ampla pela sociedade brasileira. De uma maneira bastante concreta, uma boa parte da população de Manaus mostrou sensibilidade para com a situação caótica da "Casa do Índio", através da campanha que levantou fundos no ano passado. Até mesmo algumas empresas assumiram o compromisso de continuar ajudando, e o grupo musical "Filhos da Amazônia" - que esteve animando a comemoração - já prometeu a realização de shows para angariar fundos para a construção de uma nova enfermaria.

Além de atribuir a sobrevivência dos índios brasileiros à existência da Funai - o mais correto talvez seria dizer "apesar da Funai", Sullivan disparou suas farpas contra as ONGs que ganham dinheiro às custas dos índios. Porém, fez questão de ressaltar que existem entidades sérias, que têm posições críticas bem fundamentadas, como o Cimi.

Darcy Comapa, coordenador da Coiab, na ocasião, falou que as organizações indígenas continuarão fiscalizando o funcionamento da Casa da Saúde Indígena, cobrando as promessas de construir mais dois novos pavilhões e uma enfermaria e melhorar os aspectos de alimentação e atendimento à saúde. "Não queremos continuar apenas criticando, mas queremos fazer, mostrar nossas propostas, discutir e dialogar de igual para igual com órgãos do executivo e entidade", disse ele.

\*Membro do Cimi Norte I